

Educação Liberal e Responsabilidade

DISCURSO PROFERIDO NO ARDEN HOUSE INSTITUTE IN LEADERSHIP DEVELOPMENT
SOB OS AUSPÍCIOS DO FUND FOR ADULT EDUCATION, EUA, MARÇO DE 1960

Por Leo Strauss

Quando eu fui abordado pelo Fund for Adult Education com a sugestão de preparar um ensaio sobre educação liberal e responsabilidade, a minha primeira reação não foi de prazer. Embora, em muitos aspectos, eu seja dependente da administração da educação e, portanto, das organizações que lhe servem, eu as observo, quando as observo, com o respeito que surge tanto da gratidão quanto da apreensão, com um pouco de ignorância. Imaginei que fosse meu trabalho, minha responsabilidade, dar o melhor de mim em sala de aula, durante as conversas com os estudantes em geral, independentemente de estarem matriculados ou não; e finalmente, porém não menos importante, dar o melhor de mim nos meus estudos em casa.

Confesso que a educação é, em certo sentido, o objeto do meu ensino e da minha pesquisa. Mas eu estou quase exclusivamente interessado no objetivo ou na finalidade da educação no seu melhor e naquilo que lhe toca de mais elevado – a educação do príncipe perfeito –, e pouco envolvido com suas condições e instrumentalidade.

Parece-me que as condições mais importantes são a qualidade do educador e a do ser humano que será educado. No caso da mais elevada forma de educação, essas condições muito raramente são preen-

chidas, e nada pode ser feito para preenchê-las ou produzi-las. A única coisa que nós podemos fazer em relação a elas é não interferir na sua interação e evitar esse tipo de interferência. Quanto ao método, ele se torna conhecido quando se sabe o que a educação deve causar em um ser humano – ou a finalidade da educação.

Certamente existem algumas regras de ouro. Quase todos os anos eu me reúno com os estudantes mais velhos do meu departamento para discutir com eles sobre como ensinar teoria política na faculdade. Certa vez, numa dessas ocasiões, um estudante perguntou-me se eu poderia oferecer-lhe uma regra geral sobre como ensinar. Eu respondi: “Sempre supor que, na sua sala de aula, existe um aluno em silêncio que é, de longe, superior a você em cabeça e coração”. Eu quis dizer o seguinte: não tenha uma opinião muito elevada sobre a sua própria importância, e tenha

uma opinião elevada sobre sua obrigação e sobre sua responsabilidade.

Havia outro motivo para ficar desorientado quando comecei a preparar esse ensaio. Esse motivo tem relação com a palavra “responsabilidade”, pois educação liberal e responsabilidade não são idênticas. Elas não podem ser separadas uma da outra. No entanto, antes que se possa discutir essa

**Educação liberal
é a escada
pela qual nós
tentamos subir
da democracia
de massas para
a democracia
no seu sentido
original**

relação, faz-se necessário saber o que cada uma delas significa.

A palavra “responsabilidade” hoje tem uso corriqueiro, eu mesmo já o utilizei algumas vezes, como há pouco tempo. No sentido em que ela é frequentemente utilizada, a palavra é um neologismo. Eu acredito que ela seja um substituto moderno para palavras como “dever”, “consciência” e “virtude”. Nós frequentemente dizemos que tal homem é responsável, mas gerações passadas diriam que ele é um homem justo, consciente ou virtuoso. Em primeiro lugar, um homem é responsável quando pode ser responsabilizado pelo que faz – por exemplo, um assassinato.

Ser responsável está tão longe de ser o mesmo que virtuoso, que sua presença ou ausência é apenas condição para ser virtuoso ou vicioso. Ao substituirmos responsabilidade por virtude, nós mostramos ser mais fáceis de satisfazer do que nossos antepassados. Ou, talvez mais precisamente, nós assumimos que ao ser responsável uma pessoa já é virtuosa, ou que nenhum homem perverso é responsável pela sua perversidade.

Existe um parentesco entre a “responsabilidade” assim entendida e a “decência” como palavra por vezes utilizada pelos britânicos: se um homem se prejudica para salvar um completo estranho, o estranho, se for britânico, vai agradecer dizendo: “Foi muito decente de sua parte.”

Nós parecemos detestar as antigas palavras grandiosas e as coisas que elas indicam. Preferimos utilizar as expressões suaves, ou por delicadeza, ou para manter uma aparência profissional. Seja como for, as minhas dúvidas foram causadas pela consciência da minha ignorância sobre o que significa a substituição do dever e da virtude pela responsabilidade.

Certamente, senti que fui pouco preparado para falar a educadores profissionais sobre o tema “Educação e responsabilidade”. Porém, para a minha tranquilidade, tomei conhecimento de que eu deveria apenas explicar duas frases que surgem no meu discurso “O que é educação liberal?”

Essas frases ocorrem da seguinte maneira: “A educação liberal é a escada pela qual nós tentamos subir da democracia de massas para a democracia no seu sentido original. A educação liberal é o esforço necessário para fundar uma aristocracia dentro de uma sociedade democrática de massas”.

A palavra “liberal” teve, no começo, um significado político, assim como hoje. Porém, seu significado político original é quase o contrário do seu significado político atual.

Originalmente, um homem liberal se comportava de maneira a se tornar um homem livre, diferente de um escravo. A “liberalidade” referia-se à escravidão e a pressupunha. Um escravo é um ser humano que vive em função de outro ser humano, seu senhor. Em certo sentido, não tem senso de vida própria: não tem tempo para si próprio. Por outro lado, o senhor tem todo o seu tempo para si, ou seja, para suas ocupações: política e filosofia. Contudo, existem muitos homens livres que são quase como escravos, uma vez que têm pouco tempo para si, pois precisam trabalhar para a sua subsistência e depois descansar, a fim de continuar trabalhando no dia seguinte. Esses homens livres e desprovidos de lazer são os pobres, a maioria dos cidadãos.

O verdadeiro homem livre que pode viver para tornar-se um homem livre é o homem de ócio, o cavalheiro que possui algum tipo de riqueza específico cuja administração, para não falar da aquisição, não tome muito do seu tempo e possa ser cuidada por meio da sua supervisão de supervisores devidamente capacitados. O cavalheiro é um cavalheiro fazendeiro, não um comerciante ou empreendedor. Mas se ele passa a maior parte do seu tempo no interior, não tem tempo suficiente para desenvolver-se. Consequentemente, deve viver na cidade. Seu estilo de vida estará à mercê dos outros cidadãos que não são cavalheiros, se ele e os seus semelhantes não governam. O estilo de vida dos cavalheiros não está assegurado caso eles não sejam os governantes inques-

tionáveis da cidade, caso o regime da cidade não seja aristocrático.

Uma pessoa se torna um cavaleiro por meio da educação, da educação liberal. A palavra grega para educação deriva da palavra grega para criança. A educação em geral, e, portanto, a educação liberal em particular, primariamente não é educação adulta. A palavra grega para educação está relacionada à palavra jogo. A atividade dos cavaleiros é enfaticamente séria.

De fato, os cavaleiros são “os sérios”. Eles são sérios porque estão preocupados com os assuntos mais pesados, com as únicas coisas que merecem ser levadas a sério pelo bem deles mesmos, com a boa ordem da alma e da cidade.

A educação do cavaleiro em potencial é a antecipação lúdica da vida de cavaleiro. Ela consiste, acima de tudo, na formação de caráter e de gosto. A fonte dessa educação são os poetas. Desnecessário dizer que o cavaleiro precisa ter habilidades. Além de ler, escrever, apurar, avaliar, lutar, atirar lanças e equitação, ele deve ter a habilidade de administrar bem e nobremente suas questões domésticas e os assuntos da sua cidade por seus feitos e por seus discursos. Adquire essa habilidade através do relacionamento familiar com cavaleiros mais velhos e mais experientes, de preferência antigos estadistas; ao receber instrução na arte da oratória, de tutores pagos; ao ler histórias e livros de viagem; ao meditar sobre o trabalho dos poetas; e, obviamente, ao fazer parte da vida política. Tudo isso exige tempo livre por parte dos jovens e também por parte dos mais velhos.

Trata-se da preservação de certo tipo de pessoas ricas.

Este fato levanta a questão da justiça de uma sociedade que, na melhor das hipóteses, seria governada por cavaleiros bem-educados em benefício próprio. Um governo justo é aquele que governa no interesse de toda a sociedade, não apenas de uma parcela. Assim, os bem-educados têm a obrigação de mostrar para si e para

os outros que seu governo é o melhor para todos na cidade e para a cidade como um todo. Mas a justiça requer que homens iguais sejam tratados igualmente, e não existe uma boa razão para pensar que os bem-educados sejam naturalmente superiores à plebe.

A diferença específica entre o burocrata e o funcionário público é que o funcionário público é um homem de educação liberal, cuja educação afeta de maneira decisiva o desempenho dos seus deveres

Os bem-educados são de fato superiores ao vulgo quanto à sua criação, mas a maioria dos homens é naturalmente capaz de receber a mesma criação caso seja iniciada em tenra idade. Apenas o acidente do destino define se um homem terá as chances de tornar-se um cavaleiro ou vai necessariamente virar um

comum. Portanto, a aristocracia é injusta. Diante disso, os bem-educados respondem da seguinte maneira: a cidade como um todo é muito pobre para permitir que todos possam criar os seus filhos de tal forma que se tornem cavaleiros. Se você insiste em que a ordem social deve corresponder à ordem natural – isto é, que homens mais ou menos semelhantes em natureza deveriam também ser socialmente semelhantes ou semelhantes por convenção –, você simplesmente provoca um estado de pasmaceira universal. Apenas por meio

de uma concepção estreita de justiça, cuja própria evidência deriva do poder da paixão ignóbil da inveja, alguém poderia preferir uma construção achatada que é em qualquer de seus pontos igualmente desbotada e maçante a uma estrutura de base ampla – base ampla e monótona – sobre a qual se eleva um plateau estreito de excelência e graça que derrama um pouco das suas virtudes sobre a base. Portanto, é necessário que existam poucos ricos e bem nascidos e muitos pobres e de origem obscura. Ainda assim, não parece existir uma boa razão pela qual uma família seja eleita para o senhorio e outra seja condenada à indistinção. Essa seleção parece, no mínimo, arbitrária, para dizer o mínimo.

Seria realmente absurdo negar que velhas riquezas algumas vezes têm suas origens no crime. No entanto é mais nobre – e provavelmente mais verdadeiro –, acreditar que as antigas famílias descendam dos primeiros colonos e dos líderes da guerra e do conselho, e certamente é justo que todos os demais sejam gratos a eles.

Os bem-educados podem governar sem ser governantes por direito próprio. Eles podem governar por meio de eleições populares. Esse arranjo foi considerado insatisfatório pelas seguintes razões: a rigor, significaria que os cavalheiros respondem à população comum – que o superior responde ao inferior –, e isso parece contrário à natureza. Os bem-educados consideram a virtude como algo digno por si só, enquanto os outros louvam a virtude como um meio para adquirir riqueza e honra. Neste ponto, os cavalheiros e os demais

discordam sobre a finalidade do homem e sobre o bem supremo. Eles discordam sobre princípios fundamentais. Consequentemente, não podem ter deliberações genuinamente comuns^[1]. Os bem-educados não podem dar aos demais um relato satisfatório ou inteligível do seu modo de vida. Embora respondam a si próprios pelo bem-estar do vulgo, não podem responder aos populares.

Mesmo que estejamos satisfeitos com uma ideia pouco exata do domínio dos bem-educados, o princípio acima indicado leva a uma rejeição da democracia. Grosso modo, a democracia é um

regime no qual o domínio é exercido pela maioria de homens adultos e livres vivendo nas cidades. Porém, apenas uma minoria desses homens é educada. Assim, tem-se que o princípio da democracia não é a virtude, mas a liberdade como o direito de todo cidadão de viver como quiser.

A democracia é rejeitada por ser, como tal, o governo dos ignorantes. Aqui, uma ilustração basta: o sofista Protágoras chegou à cidade democrática de Atenas para

educar os seres humanos, para ensiná-los a arte de bem administrar os assuntos de casa e da cidade por meio das ações e das palavras: a arte da política. Numa democracia supõe-se que todos dominem a arte política de alguma forma, mas a maioria carece de meios e não pode adquirir tal arte por meio de educação. Portanto, Protágoras vê-se obrigado a assumir que os cidadãos receberam essa arte como um presente divino, mesmo que seja um presente que só se torna efetivo por intermédio das punições e recompensas humanas: a verdadeira arte política, a arte que permite ao homem não apenas obedecer às leis, mas conceber leis, é adquirida da educação, da mais ele-

A educação liberal está se tornando praticamente sinônimo da leitura das grandes obras. Melhor começo não poderia existir

[1] Cf. *Diálogos de Platão, Crítion ou Do Dever*

vada forma de educação, que é, necessariamente, exclusiva daqueles que podem pagar por ela.

Em resumo, no seu sentido original, a educação liberal não apenas promove a responsabilidade cívica: ela é um requisito para o exercício dessa responsabilidade. Por serem quem são, os bem-educados estão destinados a definir o tom da sociedade da forma mais direta, menos ambígua e mais inquestionável: por meio do domínio em plena luz do dia.

É necessário que nos distancemos das nossas opiniões para entendê-las. Diz-se que os caminhos para se tornar bem-educado estão na filosofia e na política. A filosofia pode ser compreendida de forma ampla ou restrita. Se compreendida amplamente, ela é o que hoje em dia se conhece por interesses intelectuais. Se entendida de forma estrita, pode significar a busca pela verdade sobre as questões mais importantes, pela verdade universal, ou pela verdade sobre o todo ou pela ciência do todo.

Quando se compara a política à filosofia no seu sentido estrito, chega-se à conclusão de que esta se encontra num patamar mais elevado que a política. A política é a busca de determinados fins; uma política decente é uma busca decente por fins decentes. A distinção clara e responsável entre os fins que são decentes e os que não são está, de certa maneira, pressuposta na política. Essa distinção certamente transcende a política, uma vez que tudo que advém da ação humana, portanto perecível ou corruptível, pressupõe coisas incorruptíveis e imutáveis, como a ordem natural da alma humana, com uma visão através da qual nós podemos distinguir as boas ações das más ações.

À luz da filosofia, a educação liberal adquire um novo significado: a educação liberal, especialmente a educação nas artes liberais, aparece como uma preparação para a filosofia. Isso significa que a filosofia transcende o cavalheirismo. O bem-educado enquanto cavalheiro aceita confiantemente algumas das coisas mais importantes

que, para o filósofo, são objetos de questionamento e investigação. Por isso, a virtude do bem-nascido não é exatamente a mesma virtude do filósofo. Um sinal dessa diferença está no fato de que, enquanto o cavalheiro precisa ser rico para cumprir o seu trabalho apropriadamente, o filósofo pode ser pobre.

Sócrates viveu em extrema pobreza. Uma vez ele viu uma multidão seguir e observar um cavalo e escutou alguns conversando muito sobre o bicho. Para sua surpresa, ele aproximou-se do cuidador do animal e perguntou-lhe se o cavalo era rico. O cuidador passou-lhe a vista como se Sócrates fosse ignorante, ou mesmo louco: “Como pode um cavalo possuir bens?” Neste momento, Sócrates não só aprendeu que é possível que o cavalo, mesmo pobre, se torne bom, desde que tenha uma alma naturalmente boa; portanto, também seria possível a Sócrates tornar-se um homem bom, apesar da sua pobreza. Uma vez que o filósofo não precisa ser rico, ele não tem necessidade das artes legais utilizadas para a defesa de bens (por exemplo, a cultura forense). Tampouco precisa desenvolver o hábito da autoafirmação neste ou em outros aspectos, um hábito que certamente faz parte da virtude dos cavalheiros. Apesar dessas diferenças, a virtude do bem-nascido é um reflexo da virtude do filósofo: ela é o seu reflexo político.

Esta é a maior justificativa do domínio dos bem-educados. Esse domínio é apenas um reflexo do domínio dos filósofos, compreendidos como os melhores homens por natureza e por educação. Dado o fato de que a filosofia é a busca pela sabedoria, não a posse da sabedoria, a educação do filósofo, enquanto estiver vivo, nunca para. Ela é a educação adulta por excelência, uma vez que o modelo mais elevado de educação que um homem pode adquirir nunca está inteiramente à sua disposição como os outros tipos de conhecimento. Ele está em constante necessidade de ser adquirido novamente desde o início. Isso nos leva à seguinte consequência: no caso dos bem-edu-

cados, pode-se fazer uma simples distinção entre a educação lúdica de um cavalheiro em potencial e o trabalho sério de um cavalheiro propriamente dito. No caso do filósofo, essa distinção não é possível, não a despeito de sua única preocupação ser o questionamento das coisas mais importantes, mas exatamente por causa disso. Por essa razão apenas, para não citar outras, o domínio dos filósofos se prova impossível. Ao que se deve concluir que os filósofos serão governados pelos bem-educados, ou seja, pelos seus inferiores.

Esse problema pode ser resolvido ao assumir que os filósofos não são uma parte verdadeiramente constituinte da cidade. Em outras palavras, os únicos educadores considerados parte da cidade são os sacerdotes. A finalidade da cidade não é a mesma finalidade da filosofia. Se os bem-educados representam o melhor da cidade, deve-se dizer que a finalidade do cavalheiro não é a mesma finalidade do filósofo. O que foi observado na relação entre o cavalheiro e o vulgo se aplica ainda mais ao filósofo na sua relação com o cavalheiro e, com mais razão, ante todos os outros não filósofos: o filósofo e os não filósofos não podem ter deliberações em comum. Existe uma desproporção fundamental entre a filosofia e a cidade. Uma regra reconhecida dentro da política é deixar dormir os cachorros adormecidos, ou seja, dar preferência ao estabelecido em detrimento do que ainda não se estabeleceu; ou, ainda, reconhecer o direito do primeiro ocupante. A filosofia firma-se ou não por seu intransigente desrespeito a essa regra e a tudo que tenha relação com ela. Logo, a filosofia só pode viver lado a lado com a cidade. Como escreveu Platão na República, apenas numa cidade onde filósofos governem, e para a qual eles devam o seu treinamento filosófico, é justo que o filósofo seja compelido a engajar-se nas atividades políticas. Em todas as outras cidades, ou seja, nas cidades verdadeiras, o filósofo não deve à cidade a mais elevada dívida da origem humana e, portanto, não está obrigado a realizar o trabalho da cidade. Concordando com esse pensamento, Pla-

tão sugere em Críton, obra na qual ele evita o termo “filosofia”, que o filósofo realmente deve muito à cidade; portanto, é obrigado a obedecer, mesmo que passivamente, até suas leis injustas e a morrer em nome da cidade. No entanto, não está obrigado a engajar-se em atividades políticas. O filósofo enquanto filósofo só é responsável pela cidade no sentido de que, ao executar seu trabalho, buscando seu próprio bem-estar, ele contribui para o bem-estar da cidade. A filosofia tem necessariamente um efeito civilizatório e de humanização. A cidade precisa da filosofia, mediamente ou indiretamente, para não dizer diluidamente. Platão representou essa ordem das coisas ao comparar a cidade a uma caverna na qual apenas uma subida íngreme e acidentada conduz à luz do sol. A cidade enquanto cidade está muito mais fechada à filosofia do que aberta a ela.

Os clássicos jamais tiveram qualquer ilusão sobre a possibilidade de uma aristocracia genuína tornar-se real. Para todos os efeitos práticos, encontravam-se satisfeitos com um regime no qual os bem-educados dividiam o poder com o povo de tal maneira que o povo elegeria os magistrados e o conselho entre os nobres e, ao fim dos seus termos, demandaria deles uma prestação de contas.

Uma variante desse pensamento é a noção do regime misto, no qual os nobres formam o senado e este ocupa uma posição-chave entre a assembleia popular e um monarca eleito ou hereditário, chefe das forças armadas. Existe uma ligação direta entre a noção moderna de republicanismo e a noção de regime misto. A fim de que não haja confusão, deve-se imediatamente salientar as diferenças entre a doutrina moderna e a sua contrapartida clássica e original. A doutrina moderna parte do princípio da igualdade entre todos os homens, e isso leva à afirmação de que a soberania pertence ao povo. Contudo, ela entende a soberania de tal forma que o direito natural de cada um esteja assegurado. Isso é alcançado por meio da distinção entre o soberano e o governo, e da exigência de separação entre os poderes governamentais fun-

damentais. A origem desse regime brota do desejo de aprimorar as condições materiais de cada um. Consequentemente, houve um predomínio da elite comercial e industrial em detrimento da aristocracia rural.

A doutrina totalmente desenvolvida exige que cada homem tenha um voto, que o voto seja secreto e que o direito de votar não seja limitado em função da classe social, credo ou raça. Por outro lado, as ações governamentais devem ser abertas para o mais alto grau possível de inspeção pública, visto que o governo é o representante do povo e

o responsável pelo povo. A responsabilidade do eleito não permite uma definição jurídica e, portanto, é o problema mais óbvio do republicanismo moderno. Em seus estágios iniciais, a solução foi buscada na educação religiosa da população, baseada na Bíblia, onde todos devem ser considerados responsáveis pelas suas próprias ações e pelos seus próprios pensamentos diante de um Deus que iria julgá-los. Nas palavras de Locke, assim como a matemática, uma ética racional adequada está além das capacidades dos “trabalhadores diários e dos comerciantes, das solteironas e das amas de leite”. Por outro lado, a mesma autoridade aconselha que os cavalheiros da Inglaterra instrua os seus filhos sobre o Direito Natural de Puffendorf: “eles serão instruídos sobre os direitos naturais dos homens, sobre a origem e fundação da sociedade e sobre os deveres que dali surgem.” Escritos por Locke, os Pensamentos sobre a Educação são direcionados aos nobres, em vez dos “tipos mais fracos”, pois, caso os cavalheiros “sejam instruídos corretamente por meio da educação, logo colocarão ordem em todo

resto”. Conforme esperado, os cavalheiros são aqueles chamados para atuar como representantes do povo. Eles devem ser preparados para esse chamado por intermédio de uma educação liberal que é, acima de tudo, uma educação numa “boa criação”. Locke toma os seus modelos emprestados dos antigos gregos e romanos. A educação liberal que ele recomenda consiste, até certo ponto, em adquirir uma familiaridade com a literatura clássica: “Eu considero o latim uma ferramenta absolutamente necessária para o cavalheiro.”^[2]

A educação liberal consiste em aprender a escutar vozes discretas, tornando-se surda aos auto-falantes. A educação liberal busca a luz, portanto evita os holofotes

Alguns pontos pretendidos por Locke vêm à tona de forma clara em O Federalista. Esses escritos revelam uma conexão com os clássicos simplesmente por serem apresentados como o trabalho de certo “amigo de Publius” (Philo-Publius). Este trabalho eminentemente sóbrio considera principalmente a diversidade e a desigualdade entre faculdades humanas demonstradas na aquisição de bens. Todavia, está distante de se fazer cego às diferenças entre governo e

empresa. De acordo com Alexander Hamilton, os mecânicos e os operários “sabem que o comerciante é seu amigo e patrono natural”, o seu representante natural. Isso porque o comerciante possui “aqueles recursos requeridos, sem os quais, numa assembleia deliberativa, a maior parte das habilidades naturais se perde. Analogamente, o senhorio mais rico é o representante natural dos interesses envolvendo propriedades territoriais. O árbitro natural entre os interesses ligados a propriedades territoriais e financeiras será o homem

[2] Ep. Ded., pp. 93-94, 164, 186.

das profissões liberais”, pois “as profissões liberais [...] não formam um interesse distinto da sociedade” e, portanto, estão mais aptas do que outras a pensar “nos interesses gerais da sociedade”.

É verdade que, para se tornar um representante do povo, muitas vezes basta que se pratique “com sucesso as artes viciosas através das quais as eleições são muitas vezes realizadas”. Mas esses casos deploráveis são a exceção. A regra é que os representantes sejam cavalheiros, comerciantes e membros respeitáveis das profissões liberais. Se o eleitorado não for depravado, existe uma boa chance de que ele vá eleger os seus representantes deliberativos e executivos entre os três grupos de homens “possuidores de maior sabedoria para discernir e conquistar o bem comum”, ou aqueles que são mais destacados por “mérito e talento”, “capacidade e virtude”.^[3]

Sob as condições mais favoráveis, os homens que manterão a balança do poder serão os homens das profissões liberais. No melhor dos casos, a república de Hamilton será governada por profissionais liberais. Isso lembra o governo dos filósofos, mas as semelhanças são bastante tênues. Seriam os profissionais liberais homens de educação liberal? Provavelmente, os profissionais liberais serão principalmente advogados. Ninguém jamais apresentou maior respeito

pela lei e pelos advogados do que Edmund Burke: “Deus me livre dizer algum insulto sobre aquela profissão, que é um sacerdócio responsável pela administração dos ritos sagrados da justiça”. Ainda assim, ele se sentiu obrigado a descrever o predomínio de advogados nos conselhos nacionais como “prejudicial”: “Na minha opinião, a lei [...]

é uma das primeiras e mais nobres ciências humanas. Uma ciência que faz mais do que todas as outras para acelerar e revigorar o entendimento. No entanto, a sua aptidão para abrir e liberar a mente nesta mesma proporção depende das pessoas bem-nascidas.”

Falar “legalmente e constitucionalmente” não é o mesmo que falar “prudentemente”. “Os legisladores devem fazer o que os advogados não podem, porque eles não têm outra regra que os obrigue, senão os princípios máximos da razão, da equidade e o sentimento geral de humanidade.”^[4] A liberalização da mente requer obviamente o entendimento dos “princípios máximos da razão e da equidade”, que, para

Burke, representam o mesmo que o direito natural.

Todavia, não é necessário deter-se sobre essa deficiência específica da qual pode sofrer o governo representativo. Duas gerações após Burke, John Stuart Mill assumiu o questionamento sobre a relação entre governo representativo e educação

**Como a ciência
mostrou-se
incapaz de
justificar os
objetivos pelos
quais procura
obter os seus
meios, tornou-
se inclinada a
satisfazer os
desejos buscados
pelos seus
consumidores,
e, portanto, em
muitos casos,
pela massa**

[3] Nos. 10, 35, 36, 55, 57, 62, 68.

[4] The works of Edmund Burke (Bohn Standard Library), I 407, II 7, 317-318, V295.

[5] James and John Stuart Mill, On Education, ed. By F.A. Cavenagh (Cambridge: University Press, 1931), pp. 151-157.

liberal. Não exageramos ao dizer que ele assumiu esses dois temas separadamente. Em seu discurso inaugural na Universidade de St. Andrews, Mill lida com a educação liberal como “a educação de todos que não estão obrigados pelas circunstâncias a interromper os seus estudos acadêmicos precocemente”, para não dizer a educação “dos favoritos da natureza e da fortuna”. Esse discurso contém numerosas observações que exigirão a nossa consideração e a nossa reconsideração. Mill associa a “superioridade” da literatura clássica “para fins educacionais” ao fato de que essa literatura nos transmite “a sabedoria da vida”: “Ao se cultivar [...] as línguas antigas como a nossa melhor educação literária, nós estamos criando uma base admirável para uma cultura ética e filosófica.”

Ainda mais admirável do que “a substância” é “a forma” do tratamento: “Faz-se necessário lembrar que eles tinham mais tempo e que eles escreveram, principalmente, para uma classe seleta e possuidora de tempo para ócio”, enquanto que nós “escrevemos apressadamente para uma classe que lê apressadamente”. Os clássicos usam “as palavras certas nos lugares certos”, ou seja, eles não são “prolixos”^[6]. Entretanto, a educação liberal surte pouco efeito no “conjunto diverso” que é a soberania legal, frequentemente administrada por homens sem qualquer qualificação para legislar, excetuando “uma língua habilidosa e a capacidade de serem eleitos pelo eleitorado”. A fim de assegurar as “capacidades intelectuais desejáveis num representante”, acreditava Mill, não existiria outra forma senão uma representação proporcional nos moldes de Hare e Fawcett, um esquema que segundo ele é “perfeitamente viável” e de “vantagens transcendentais”:

The natural tendency of representative government, as of modern civilization, is toward collective mediocrity; and this tendency is increased

by all reductions and extensions of the franchise, their effect being to place the principal power in the hands of classes more and more below the highest level of instruction in the community... It is an admitted fact that in the American democracy, which is constructed on this faulty model, the highly-cultivated members of the community, except such of them as are willing to sacrifice their own opinions and modes of judgment, and become the servile mouthpieces of their inferiors in knowledge, do not ever offer themselves for Congress or State legislatures, so certain is that they would have no chance of being returned. Had a plan like Mr. Hare's by good fortune suggested itself to the enlightened and patriotic founders of the American Republic, the Federal and State Assemblies would have contained many of those distinguished men, and democracy would have been spared its greatest reproach and one of its most formidable evils.

Apenas uma representação proporcional que garanta ou pelo menos não exclua do governo a representação adequada da melhor parcela da sociedade vai transformar “as falsamente chamadas democracias predominantes e das quais a ideia de democracia deriva na atualidade” em “uma única e verdadeira espécie de democracia”, na democracia conforme a sua concepção original.

Porém, a solução de Mill veio a ser considerada insuficiente, para não dizer inútil. Talvez a consciência desse fato o tenha induzido a buscar alívio em outra parte do corpo político. Como as assembleias representativas não são necessariamente formadas por “uma seleção das grandes mentes políticas do país”, ele concluiu que para “uma administração e legislação hábil” deve-se assegurar “sob a responsabilidade estrita da nação, a aquisição de conhecimento e a inteligência prática de alguns poucos indivíduos especialmente treinados e experientes”^[6]. Mill parece sugerir que, com

[6] *Considerations on Representative Government* (London: Routledge, s.d.), pp. 93, 95, 101-102, 133-140, 155.

o crescimento e a maturidade da democracia, a base institucional da inteligência de espírito público deveria ser procurada entre os mais altos escalões dos oficiais nomeados. Essa esperança pressupõe que a burocracia possa ser transformada num funcionalismo público propriamente dito. A diferença específica entre o burocrata e o funcionário público é que o funcionário público é um homem de educação liberal, cuja educação afeta de maneira decisiva o desempenho dos seus deveres.

Permita-me resumir o argumento anterior. À luz do conceito original do republicanismo moderno, a situação difícil atual parece ter sido causado pela decadência da educação religiosa recebida pelo povo e pelo empobrecimento da educação liberal destinada aos governantes do povo. Por decadência da educação religiosa quero dizer mais que o fato de que boa parte da população não recebe qualquer educação religiosa, embora não seja necessário pensar além disso. A questão sobre se é possível retornar a educação religiosa a toda sua glória pelos meios à nossa disposição vai além do alcance do Arden House Institute deste ano. Ainda assim, eu não posso deixar de indagar as seguintes questões: Nosso atual interesse, e expectativa sobre a educação liberal de adultos não seria uma consequência do vazio gerado pela decadência da educação religiosa? Poderia a educação liberal cumprir a função que antes cabia à educação religiosa?

Certamente, é mais fácil discutir o outro lado do desafio atual: a decadência da educação liberal dos governantes. Seguindo a sugestão de Mill, teríamos que considerar se e até que ponto a educação dos futuros funcionários públicos pode e deve ser melhorada. Ou, em outras palavras, se o modelo presente de formação dos servidores civis pode ser considerado educação liberal em sentido razoavelmente estrito. Caso não seja, dever-se-ia levantar a questão mais ampla se atualmente as universidades e as faculdades fornecem tal educação liberal e se essas instituições podem ser

reformadas. É mais modesto, mais pertinente e mais prático pensar sobre reformas necessárias do ensino nos departamentos de ciências políticas, assim como também aventar tal possibilidade para as faculdades de direito. As mudanças que eu tenho em mente se referem à ênfase e ao método de ensino mais do que o conteúdo em si das matérias abordadas. Tudo aquilo que expande e aprofunda o entendimento deve ser mais encorajado do que aquilo que, no melhor dos casos, não pode produzir mais do que um rendimento estreito e pobre de princípios.

Eu creio que ninguém vai se equivocar sobre os argumentos anteriores e venha imputar-me a declaração ridícula de que a educação deixou de ser um poder público ou político. No entanto, deverá ser dito que um novo tipo de educação ou uma nova orientação educacional tornou-se predominante. Assim como a educação liberal em sentido original foi apoiada pela filosofia clássica, a nova educação deriva o seu apoio e mesmo a sua essência da filosofia moderna. De acordo com a filosofia clássica, a função do filósofo é radicalmente diferente da função ou dos objetivos perseguidos pelos não filósofos. A filosofia moderna surge quando o propósito da filosofia é identificado com a finalidade capaz de ser perseguida por todos os homens. Mais precisamente, afirma-se atualmente que a filosofia está subserviente ao fim capaz de ser alcançado por todos os homens. Nós sugerimos anteriormente que a última justificativa para a diferença entre senhores e não senhores é a diferença entre filósofos e não filósofos. Caso isso seja verdade, segue-se que ao se provocar o colapso da finalidade do filósofo (aquela finalidade que essencialmente transcende a sociedade), subordinando-a ao propósito dos não filósofos, provoca-se o colapso do objetivo do cavalheiro, nobre, o bem-educado, sob o daqueles que lhes são subordinados.

Nesse aspecto, a concepção moderna de filosofia é fundamentalmente democrática. O objetivo da filosofia não é mais aquilo que se poderia

chamar de contemplação desinteressada do eterno, mas o alívio da condição humana. A filosofia compreendida desse modo pode ser apresentada como sendo inspirada na caridade bíblica e, consequentemente, a filosofia no sentido clássico poderia ser desacreditada como influenciada pelo paganismo e sustentada pelo orgulho pecaminoso. É possível questionar se a afirmação sobre a inspiração bíblica é justificável ou mesmo se foi levantada em toda sinceridade. Seja como for, essa afirmação é condutora de maior clareza. Ao mesmo tempo, está de acordo com o espírito da moderna concepção de filosofia, ao se dizer que modernos opuseram uma concepção “realista” e terrena, para não dizer vulgar, contra a concepção “idealista” e divina dos clássicos.

A filosofia ou a ciência não era mais um fim em si mesma: estava a serviço do poder humano, um poder a ser usado para tornar a vida mais longa, saudável e abundante. A economia da escassez, pressuposto de todo pensamento social anterior, foi substituída pela economia de abundância. A distinção radical entre ciência e trabalho manual foi substituída pela cooperação tranquila entre cientista e engenheiro. De acordo com a concepção original, os filósofos-cientistas estavam no controle dessa iniciativa admirável. Tudo deveria ser feito por eles para o povo. Mas, como é de se esperar, nada deveria ser feito pelo povo. Isso porque, para início de história, o povo era bastante desconfiado dos presentes apresentados por essa nova espécie de feiticeiros, uma vez que ele se lembrava de um antigo mandamento: “Tu não deves recorrer a um feiticeiro para viver.”

Assim como a educação liberal em sentido original foi apoiada pela filosofia clássica, a nova educação deriva o seu apoio e mesmo a sua essência da filosofia moderna

Para se tornar o destinatário solícito das novas prendas, o povo deveria ser esclarecido. O esclarecimento é o centro da nova educação. É o mesmo que a difusão ou a popularização da nova ciência. Inicialmente, em vez das solteironas e das amas de leite, o alvo da ciência popular foram as damas da aristocracia, e a expressão da ciência popular sempre ultrapassou em elegância e charme a ciência em sentido estrito. Mas esse primeiro passo desencadeou os demais, que foram dados na devida ordem. O esclarecimento estava destinado a se tornar um esclarecimento universal. Verificou-

se que as diferenças entre as habilidades naturais não tinham a importância que a tradição lhes atribuiu: o método provou ser um grande equalizador de mentes naturalmente desiguais. Enquanto a inventividade e as descobertas continuaram a ser exclusivas de uma minoria, os seus resultados puderam ser transmitidos para todos. Os líderes desse grande empreendimento não se basearam apenas nos efeitos da educação formal para afastar os homens de uma preocupação

com o mundo vindouro e, com isso, aproximá-los do trabalho em favor da felicidade neste mundo. Naquilo em que a educação não obteve sucesso, o comércio triunfou: o comércio, unificador de todos os povos, foi facilitado e encorajado pelas novas invenções e descobertas, prevalecendo sobre a religião que a todos divide.

Mas, o que deveria ser feito pela educação moral? A identificação entre os objetivos do senhor e das massas significou que o entendimento da virtude como algo digno por si só deu lugar a uma compreensão instrumental de virtude: a honestidade não é senão a melhor política, a política que

melhor conduz a uma vida ou a uma auto-preservação confortável. A virtude assumiu um sentido limitado e, como resultado final, caiu em desuso. Não havia mais necessidade de uma conversão genuína dos interesses pré-morais ou imorais nos bens materiais em um interesse na bondade da alma; havia apenas a necessidade de se efetuar o cálculo da transição do interesse pessoal não esclarecido para o esclarecido. No entanto, isso também se fazia quase desnecessário. Pensava-se que, diante de uma alternativa desvantajosa, a maioria dos homens agiria com sensatez via certo tipo de instituição política e econômica. O conceito e a implementação dos tipos corretos de instituição foram considerados mais importantes do que a formação do caráter pela educação liberal.

Contudo, no momento não devemos nos esquecer o outro lado da imagem. A existência de uma razoável correspondência entre a hierarquia social e a hierarquia natural é uma exigência da justiça. A falta de tal correspondência no antigo

esquema era defendida por uma circunstância de escassez. Com a crescente abundância, tornou-se cada vez mais possível ver e admitir o elemento de hipocrisia que permeou a noção tradicional de aristocracia.

As aristocracias existentes provaram ser oligarquias. Em outras palavras, tornou-se cada vez mais fácil argumentar que, prática ou politicamente, pode-se assumir com segurança que todos os homens são iguais por natureza, que todos têm os mesmos direitos naturais, pela premissa de que a desigualdade natural pouco tem a ver com a desigualdade social. Desde que essa regra de ouro seja aplicada, chega-se à conclusão de que todos

devem receber as mesmas oportunidades: o discurso da desigualdade natural tem o seu lugar no uso, desuso ou abuso das oportunidades no curso da corrida, em vez de em seu início.

Assim, tornou-se possível abolir muitas injustiças, ou pelo menos muitas coisas que se tornaram injustas. Assim teve início a era da tolerância. A benevolência, anteriormente caracterizada como a retidão no trato dos inferiores, passou a ser virtude suprema. A bondade passou a ser o mesmo que compaixão.

Originalmente, pensou-se que o filósofo-cientista estivesse no comando da iniciativa progres-

sista. Visto que ele não tinha poder, precisava trabalhar por meio dos príncipes. O controle estava então, na realidade, nas mãos dos príncipes, dos príncipes esclarecidos. Mas, com o progresso do iluminismo, a tutela dos príncipes tornou-se desnecessária. Logo, o poder foi confiado ao povo.

É verdade que o povo nem sempre escutou o filósofo-cientista. Muito embora possa ser afirma-

do o mesmo sobre os príncipes, a sociedade veio adquirir um caráter tal que, no desejo pela sobrevivência, cada vez mais tornou-se inclinada a escutar os filósofos-cientistas. Ainda assim, havia uma grande lacuna entre o esclarecimento vindo de instâncias superiores e a maneira pela qual o povo exercia a sua liberdade.

Pode-se falar numa competição: será que o povo terá plena posse da sua liberdade antes de se tornar totalmente esclarecido? Em caso positivo, o que será feito com a sua liberdade e com o esclarecimento incompleto que já foi recebido? Uma solução aparente foi encontrada numa revolta contra o iluminismo e o despotismo esclarecido.

Dizia-se que todo homem tinha direito à liber-

Para se tornar o destinatário solicito das novas prendas, o povo deveria ser esclarecido. O esclarecimento é o centro da nova educação

dade política. Dizia-se que, em virtude da dignidade que constituía a essência de todos os homens, cada homem constituía-se parte do poder. A única coisa irrestritamente boa não é a contemplação do eterno; ou o cultivo da mente; ou uma boa educação; ela é a boa intenção, aquilo que todos são capazes de ter independentemente da educação. Portanto, os ignorantes aparentavam ter uma vantagem sobre os ilustrados: talvez a voz da lei natural ou da lei moral fale neles mais claramente e mais decisivamente do que nos indivíduos cultos que tiveram as consciências sofisticadas. Essa crença não é o único nem o melhor ponto de partida, porém neste momento ela se apresenta como o início mais conveniente para compreender a declaração de que a virtude é o princípio da democracia e apenas da democracia.

Uma conclusão extraída dessa declaração foi o terror jacobino que, além das ações e dos discursos, também puniu as intenções. Outra conclusão contemplou o fato de que cada homem deveria ser respeitado simplesmente por ser homem, independentemente da maneira como faz uso da sua vontade ou da sua liberdade. Por sua vez, esse respeito deve ser implementado por intermédio de amplos direitos políticos para todos que não sejam criminosos ou legalmente insanos, esteja ele maduro para o exercício desses direitos ou não. Esse raciocínio lembra as razões imortalizadas pelas críticas de Locke que levaram à conclusão de que pode-se de fato decapitar um rei tirânico, mas ainda assim prestando reverência a esse monarca. Assim, permanece a disputa entre a liberdade política da base e o esclarecimento vindo do topo da pirâmide.

Até aqui eu tenho falado do filósofo-cientista. Isto é, eu simulei que o seu conceito original do século XVII ainda estivesse válido. Entretanto, filosofia e ciência se divorciaram nesse meio tempo: o filósofo não precisa ser um cientista e um cientista não precisa ser um filósofo. Do passado, resta apenas o título de PhD. Na separação entre as duas faculdades mentais, a ciência conquistou

a supremacia. Em nossa época, a ciência é a única autoridade que, pode-se dizer, aprecia um reconhecimento universal. Essa ciência já não mantém qualquer laço com a sabedoria. É um simples acidente se um cientista, mesmo um grande cientista, revela-se um homem sábio nas suas práticas políticas ou privadas. Em vez da tensão fértil e enobrecedora entre a educação religiosa e a educação liberal, atualmente presenciamos a tensão entre o caráter democrático e o caráter tecnocrático.

Nos últimos setenta anos, tornou-se cada vez mais aceito o parecer sobre a impossibilidade do conhecimento científico e, portanto, do conhecimento racional dos valores. Ou seja, a ciência ou a razão se tornaram incapazes de distinguir entre o bem e o mal. Seria injusto negar que graças à sobrevivência de alguns hábitos utilitários os cientistas em geral e os cientistas políticos em particular puderam continuar assumindo como algo líquido e certo que a ciência deve encontrar meios para garantir e obter saúde, longevidade e prosperidade.

Todavia, esses objetivos já não podem reivindicar a evidência que um dia possuíram. Atualmente, mostram-se postos por certos desejos que não são “objetivamente” superiores aos desejos opostos. Como a ciência mostrou-se incapaz de justificar os objetivos pelos quais procura obter os seus meios, tornou-se inclinada a satisfazer os desejos buscados pelos seus consumidores, pela sociedade à qual o cientista pertence e, portanto, em muitos casos, pela massa.

Neste ponto, nós devemos ignorar as tradições mais antigas que felizmente ainda retêm parte do seu antigo vigor. Nós devemos ignorá-las porque o seu vigor decai cada vez mais com a passagem do tempo. Se olharmos apenas para o que é característico da nossa era, nós dificilmente veremos mais do que interação entre o gosto das massas e o alto grau de eficiência inescrupulosa. Quando não responsáveis, os técnicos são sensíveis às demandas

das massas. Todavia, a massa enquanto massa não responde mais a nada ou a ninguém. É neste cenário que tanto nós e outras pessoas no país levantamos a questão sobre educação liberal e responsabilidade.

Em tal cenário, os insuficientemente instruídos terminam por exercer uma influência desproporcionalmente forte sobre a educação: tanto na determinação dos seus fins quanto dos seus meios. Além disso, o próprio progresso da ciência conduz a uma especialização sempre crescente, com o resultado de que a respeitabilidade de um homem se torna dependente de ele ser um especialista. A educação científica corre o risco de perder o seu valor para o aprofundamento e ampliação do ser humano. A única ciência universal possível neste paradigma, lógica ou metodologia, torna-se um assunto exclusivamente de técnicos, para técnicos.

Portanto, o remédio para a especialização é buscado num novo tipo de universalismo. Um universalismo que se tornou praticamente inevitável através da extensão dos nossos horizontes espaciais e temporais. Nós estamos procurando eliminar a estreiteza das especializações por meio da superficialidade de coisas como os cursos de civilização geral, ou do que tem sido adequadamente comparado a um filme infundável da história de todas as nações, em todos os seus aspectos: econômico, científico, religioso e político. O espetáculo grandioso apresentado deste modo é, no melhor dos casos, apenas excitante e divertido; não é educativo ou instrutivo. Umas cem páginas, ou melhor, umas dez páginas de Heródoto nos apresentam os mistérios da unidade do Uno e uma variedade de temas humanos de maneira muito mais rica do que muitos volumes imbuídos do espírito da nossa época.

Ademais, a virtude humana não pode mais ser considerada como a perfeição da sua natureza em direção à qual o homem encontra-se naturalmente inclinado, ou em direção ao propósito do seu eros. Posto que os “valores” são considerados convencionais, o lugar da educação moral é

tomado pelo condicionamento ou, mais precisamente, pelo condicionamento através de símbolos verbais e outros, ou pelo ajuste para a sociedade em questão.

Então quais são as perspectivas para a educação liberal numa democracia de massas? Quais são as perspectivas para que os que receberam tal educação readquiram o poder numa democracia? Exatamente por sermos amigos e aliados da democracia, não nos é permitido ser seus bajuladores. Embora não nos seja permitido permanecer em silêncio diante dos perigos aos quais a democracia e a excelência humana se expõem, nós não podemos esquecer o fato óbvio de que, ao dar liberdade a todos, a democracia também dá liberdade àqueles que se importam com a excelência humana.

Ninguém nos impede de cultivar o nosso jardim ou de criar assentamentos. Muitos cidadãos consideram essas ações positivas para a república e, portanto, merecedoras dos seus méritos. Desnecessário dizer que, apesar de não ser suficiente, o esforço definitivo é uma condição necessária para o sucesso, pois “os homens podem sempre ter esperança e nunca precisam desistir, não importa a sorte ou o trabalho em que eles se encontrem”. Nós somos compelidos à especialização, mas podemos tentar nos especializar nos assuntos mais elevados ou, simplificando, na única coisa que importa. Na situação atual, nós podemos esperar uma ajuda mais imediata das ciências humanas devidamente compreendidas do que das ciências; do espírito da percepção e da delicadeza do que do espírito da geometria. Se não estou enganado, essa é a razão pela qual a educação liberal está se tornando praticamente sinônimo da leitura das grandes obras. Melhor começo não poderia existir.

Nós não podemos esperar que a educação liberal possa um dia vir a ser uma educação universal. Ela sempre permanecerá um privilégio e uma obrigação de uma minoria. Nem podemos esperar

que os que receberam tal educação se tornem um poder político nos seus próprios méritos, pois não podemos esperar que a educação liberal inspire os seus beneficiários a compreender a responsabilidade civil da mesma maneira ou a concordar politicamente.

Karl Marx, pai do comunismo, e Friedrich Nietzsche, antepassado posticho do fascismo, receberam uma educação liberal num nível que nós não podemos sequer ter esperanças de aspirar. Mas talvez possamos dizer que as suas grandiosas falhas tornem mais fácil para nós, que as vivemos, novamente entender o significado do antigo adágio – que a sabedoria não pode ser separada da moderação – e entender que a sabedoria requer lealdade firme a uma constituição decente e até mesmo à causa do constitucionalismo. A moderação nos protegerá do perigo duplo das expectativas visionárias em relação à política e do desprezo e indiferença pela política. Dessa forma, pode novamente tornar-se verdade que todos aqueles que receberam uma educação liberal se tornem homens politicamente moderados. É dessa forma que os que receberam uma educação liberal poderão conquistar a atenção até mesmo num mercado público.

Nenhuma deliberação sobre a cura para os nossos males tem qualquer valor se não for precedida por um diagnóstico honesto. Ou seja, um diagnós-

tico que não tenha sido falsificado por esperanças infundadas ou pelo medo do poder. Nós devemos compreender que precisamos de esperanças quase que contra a própria esperança. Eu digo isso: abstrair-se inteiramente dos perigos que nos ameaçam, pelas mãos bárbaras, cruéis, medíocres e traiçoeiras dos inimigos estrangeiros manti-

dos em cheque, unicamente pelo medo justificável de que possa nos destruir, vai destruí-lo também. Ao se pensar numa cura, nós podemos nos sentir inclinados a encontrar satisfação em paliativos. Mas não devemos confundir paliativos com curas. Devemos nos lembrar de que a educação liberal para adultos não é meramente um ato de justiça para aqueles que foram privados durante a infância, pela falta de recursos, de uma educação para a qual são aptos por natureza. A educação liberal de adultos deve agora também compensar os defeitos de uma educação que é liberal meramente no nome. Por fim, a educação liberal está preocupada com a alma dos homens. Portanto, possui pouco ou nenhum uso para as máquinas.

educação liberal se torne uma máquina ou uma indústria, ela irá se diferenciar da indústria do entretenimento apenas no tocante ao lucro, ao público, ao brilho e ao glamour. Mas a educação liberal consiste em aprender a escutar vozes discretas, tornando-se surda aos auto-falantes. A educação liberal busca a luz, portanto evita os holofotes.

A educação liberal de adultos deve agora também compensar os defeitos de uma educação que é liberal meramente no nome. Por fim, a educação liberal está preocupada com a alma dos homens. Portanto, possui pouco ou nenhum uso para as máquinas